



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 31/03/16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Juliano Almeida

para relatar.

Em 05/04/16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

**PARECER Nº ____/2016 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 31 DE 2016.**

EMENTA: *Dispões sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil e dá outras providências.*

RELATÓRIO

De autoria do deputado Robert Rios, o presente Projeto de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil.

Proposta lida no expediente de 29 de março de 2016 e encaminhada para esta Comissão de Constituição e Justiça para ser analisado quanto ao seu aspecto constitucional, legal e jurídico, bem como quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno.

É o relatório.

PARECER

A matéria tratada na propositura é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência concorrente, estando ainda de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

Sendo assim, inexistem óbices à sua aprovação sob o ponto de vista constitucional, legal ou jurídico.

É o parecer

CONCLUSÃO



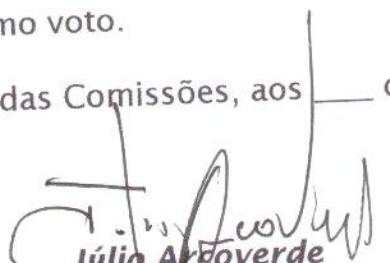
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

Em conclusão, o projeto deve ser aprovado, por inexistirem impedimentos de ordem constitucional, legal ou jurídico, e por sua inegável relevância no atendimento do interesse público.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei n.º 29 de 2016.

É como voto.

Sala das Comissões, aos _____ de Abril de 2016.


Júlio Arcoverde
Deputado Estadual PP/PI
Relator





